



Trabalhadores já não querem ser accionistas das empresas privatizadas

Funcionários da REN subscreveram apenas um terço das acções que lhes estavam reservadas, mesmo com direito a desconto. CTT tiveram fraca adesão e trabalhadores já saíram do capital da ANA e do BPN

Bolsa
Luis Villalobos
e Raquel Almeida Correia

A Oferta Pública de Venda (OPV) da REN, que marcou a saída do Estado do capital social desta empresa energética, veio evidenciar que os trabalhadores estão pouco interessados em serem também pequenos proprietários. Das 587.400 acções a quem tinham direito, os funcionários da REN apenas exerceram o direito sobre 216.330 títulos (0,04% do total do capital), ou seja, cerca de um terço da fatia que lhes estava reservada, de acordo com os dados disponibilizados esta segunda-feira à tarde.

A falta de interesse fica marcada pelo facto de serem os únicos que podiam comprar acções com um desconto de 5%, uma medida que resistiu às alterações feitas por este Governo à Lei-quadro das Privatizações. Tendo como referência o preço-base da OPV, de 2,68 euros por título, cada um dos cerca de 670 trabalhadores teria de pagar 2,546 euros por acção.

O investimento global acabou por ser de apenas 550,7 mil euros, contra os 1,5 milhões que poderiam ser aplicados. Ontem, já com as novas acções no mercado (menos as dos trabalhadores, que têm um período de indisponibilidade), as acções da REN fecharam nos 2,7 euros, com uma ligeira queda de 0,7%.

Não há muito tempo, quando se deu a primeira operação de dispersão em bolsa da REN, em Julho de 2007, os resultados foram bem diferentes. Nessa ocasião, os trabalhadores tinham direito a 1,7 milhões de acções (0,32%) e a procura chegou aos 3,06 milhões, superando assim, em larga escala, a quantidade disponível.

O actual desinteresse dos trabalhadores, no entanto, não é um caso específico da REN, tendo sido uma marca de outros processos de privatização lançados pelo actual Governo. Assim, também as operações dos CTT e da ANA (gestora dos aeroportos nacionais) mostraram que ser pequeno accionista da sua empresa é algo que, na conjuntura actual, pouco ou nada interessa aos colaboradores.

No caso dos CTT, dos 105 milhões de acções privatizadas a 5 de Dezembro, foram destinadas 5% (ou seja,



Em 2007 a procura excedeu a oferta. Agora, funcionários ficaram com cerca de um terço do lote disponível

5,25 milhões de títulos) aos trabalhadores, mas só foram dadas ordens de compra para 2,1 milhões - cerca de 40% da oferta. Os trabalhadores beneficiavam, também aqui, de um desconto de 5% face ao valor fixado para a venda, 5,52 euros por cada título, o que significa que investiram um pouco mais de 11 milhões de euros.

Os 5,25 milhões de acções dirigidas aos funcionários dos correios conferir-lhes-iam uma participação de 3,4% na empresa, que se ficou por 1,4%. E não se sabe se a farsquia já baixou, visto que só eram obrigados a manter os títulos até 5 de Março, podendo tê-los alienado entretanto, até porque os CTT têm-se valorizado, fechando a sessão de ontem nos 7,75 euros.

Trabalhadores vendem ANA

Quando à ANA, a Vinci fez uma proposta avultada por 95% do capital da gestora aeroportuária (3080 milhões de euros, incluindo a assunção de dívida e a concessão dos aeroportos por 50 anos), mas a privatização da empresa não gerou o mesmo êxtase junto dos trabalhadores, apesar, mais uma vez, do desconto de 5% face ao preço de venda ao grupo francês (26,76 euros por acção).

Dos 5% que lhes tinham sido destinados, compraram apenas 0,024% (ou seja, 9770 títulos), investindo, no total, 261 mil euros. As acções que os trabalhadores não compraram foram transferidas directamente para a Vinci, embora sem o desconto de 5%. No entanto, o grupo francês mostrou,

1,4%

Foi esta a participação do capital dos CTT que ficou nas mãos dos trabalhadores da empresa, quando poderiam ter assegurado uma fatia de 3,4%

desde cedo, a intenção de garantir 100% do capital, pelo que teria de negociar com os funcionários a venda dos 0,024%. Uma intenção que, segundo fonte oficial da empresa, a Vinci já concretizou, saindo assim os trabalhadores do seu capital.

O mesmo aconteceu com a reprivatização do BPN, que foi vendido ao Banco BIC. Este não só acabou desde logo com a marca, como fez questão de ficar com a totalidade do capital, assumindo as acções compradas pelos trabalhadores que se mostraram

interessados no negócio (e que adquiriram cerca de 0,5%).

Estas quatro operações de reprivatização evidenciam, assim, a falta de interesse dos funcionários em se tornarem accionistas das duas empresas, uma realidade bem diferente dos anos 90 e, até, da década passada.

A excepção foi a entrada em bolsa da Espírito Santo Saúde, no início deste ano. A empresa conseguiu recuperar na recta final da operação, e os trabalhadores pediram para ficar com 502.160 acções, exactamente o número a que tinham direito. Esta não foi, no entanto, uma privatização, ao contrário dos casos em análise.

O próximo teste será a Caixa Seguros, já que, embora o negócio com os chineses da Fosun esteja concluído (ficando com 80%), falta ainda fechar a parte destinada aos trabalhadores.

Falta de perfil e de dinheiro

Octávio Viana, presidente da associação de investidores ATM, afirma que "a predisposição de um investidor para adquirir acções depende do seu perfil, nomeadamente quanto ao risco e objectivos de rentabilidade." Desta forma, acrescenta, "é natural que numa empresa como a REN, os

CTT e a ANA, onde há muita força de trabalho operária, não se encontre uma percentagem muito elevada de investidores com o perfil necessário para essa aquisição, nem mesmo perante o desconto para trabalhadores". Para este responsável, há ainda um outro aspecto a realçar: o facto de estas OPV não terem sido "fortemente promovidas pela banca", que "nesta altura se preocupa mais em alocar os recursos disponíveis dos seus clientes nos aumentos de capital e empréstimos obrigacionistas que realizam".

Abel Ferreira, director executivo da Associação de Empresas Emitentes (AEM), embora diga que não pode comentar aspectos específicos, não deixa de referir que "a apetência dos investidores privados pelas operações realizadas em bolsa varia em função de vários factores que não têm necessariamente que ver com as características dos títulos" ou com a solidez das empresas. Como exemplos de factores que influenciam a adesão dá, entre outros, o grau de conhecimento directo das empresas, a forma como a oferta pública é divulgada, a duração do período de oferta, e as condições da oferta.

Depois, realça um outro aspecto, "fundamental no caso português", que diz estar relacionado com o próprio perfil do investidor privado, e que tem "uma representação transversal abrangendo quadros superiores, profissionais liberais, técnicos intermédios, administrativos, operários e trabalhadores não-qualificados e, numa outra perspectiva, trabalhadores activos e reformados".

As decisões de investimento das famílias, sublinha Abel Ferreira, "são especialmente sensíveis à evolução do rendimento do agregado familiar" e, ao longo dos últimos sete anos, os rendimentos "e as disponibilidades das famílias diminuíram de forma drástica, pelo que se percebe que, para mais num contexto em que desapareceram os incentivos fiscais à presença dos pequenos investidores em bolsa, os portugueses, descapitalizados, têm muita dificuldade em acorrer às ofertas públicas".

Para Abel Ferreira, "com os portugueses descapitalizados e mais atentos à necessidade de reduzir ou evitar o endividamento", será difícil regressar "a uma participação mais significativa de investidores privados no nosso mercado de capitais".



Ser accionista das empresas já não atrai os trabalhadores

Na REN, última a completar
processo de privatização,
houve fraca adesão **p18**